

Empresário alerta para abertura econômica ainda mal administrada

São Paulo — A abertura econômica iniciada no governo Collor está sendo mal administrada e tornou o Brasil um grande exportador, mas não de produtos e sim de mão-de-obra. Essa é a avaliação feita pelo empresário Eugênio Staub, presidente da Gradiente e diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), que defende políticas setoriais que protejam as empresas brasileiras da concorrência externa desleal. Nessa entrevista questiona o conceito de modernidade que foi "comprado" por alguns países e, para ele, não proporcionaram bons resultados. No Brasil o sucateamento da indústria, na sua opinião, foi maior do que o esperado e pode se agravar com o aumento do contrabando. "O governo abriu a cadeia e tirou a polícia da rua", observou. Uma política industrial para o empresário tem de envolver um planejamento estratégico com objetivos claros, como a necessidade de criação de novos empregos no futuro. Eis a íntegra da entrevista.

— Qual o risco real de alguns setores desaparecerem ou terem seu parque industrial sucateado em função da concorrência dos produtos importados?

— Eu acho que sucateamento já ocorreu e em grau maior do que cogitávamos. Houve uma redução substancial dos investimentos no início da década de 80, em função da crise brasileira, e indústrias que eram muito modernas se desatualizaram. Na década de 90 houve novo movimento que provocou mais sucateamento, que foi a abertura nas condições em que foi feita. Eu acho que ninguém, em sã consciência, pode ser contra a abertura e a integração do Brasil na economia mundial. Mas a brasileira, iniciada em maio de 90, era parte de um discurso do governo de que o dragão da inflação tinha sido morto com aquele único tiro. Fizemos a abertura num momento que achavam que a economia estava estabilizada, o que não ocorreu. E a indústria brasileira tornou-se menos competitiva porque a inflação representa um enorme custo sobre o processo produtivo. Além disso, no Brasil não há competitividade sistêmica em função da natureza dos tributos, que incidem em cascata, custos internos altos e, dependendo do país que se faz a comparação, mão-de-obra cara. Não em relação ao Primeiro Mundo, mas em comparação com os novos países industrializados, como Malásia, Indonésia e Tailândia, que serão os novos tigres asiáticos.

— E qual foi o impacto sobre

o setor de eletroeletrônicos?

— A abertura produziu uma devastação na indústria de componentes e poucas empresas irão sobreviver, assim mesmo mutiladas. No setor de montagem de aparelhos, o que houve foi uma enorme exportação de empregos, coisas que foram produzidas no País passaram a ser importadas. As empresas tiveram grandes prejuízos mas se reciclaram, todas elas fizeram redução de pessoal acima de 50%, no caso das montadoras a média foi de 70% a 75%. Uma parte disso foi aumento do conteúdo importado. Só para se ter uma idéia, um televisor feito no Brasil em 1979 tinha 92% de conteúdo nacional e o televisor feito este ano tem 90% de conteúdo importado. De uma maneira mais ampla podemos dizer que do ponto de vista do consumidor o governo Collor tomou medidas nota 10, mas pelo lado do trabalhador tomou medidas nota zero. Esses empregos perdidos aqui viraram postos de trabalho na Ásia e o Brasil se transformou em grande exportador, não de produtos mas de mão-de-obra.

— E como afeta a questão do dumping e do contrabando?

— Essa é uma outra faceta da má administração. Eles abriram a cadeia e tiraram a polícia da rua. Hoje nós temos o aumento do contrabando e o que chamamos de importando, que é a importação semi-legalizada. Televisores que custam US\$ 180 no mercado internacional são importados com fatura de US\$ 30. Os tributos são pagos, o produto chega legalizado, mas há uma sonegação brutal de 60% a 70%. Foram feitas denúncias e ninguém tomou providência. Trata-se de uma concorrência desleal à indústria e aos trabalhadores.

— Existe um outro lado que é a necessidade de mudança do perfil do empresariado brasileiro. A abertura foi anunciada em 1990 e de lá para cá não vimos um movimento grande de investimentos em modernização. Como mudar isso?

— O problema é que o empresário brasileiro, por causa dessa abertura com recessão, não conseguiu investir. Todo o esforço dos últimos anos foi o da sobrevivência. A quantidade de imóveis industriais inativos no estado de São Paulo hoje é um absurdo. A Gradiente tem três prédios desocupados, tem indústrias que estão transformando seus prédios em shopping centers. Em Guarulhos o parque industrial da Philips, que era um modelo, está à venda. Todo o esforço foi de sanear as empresas e sair dos bancos, o que é uma barbaridade.

Uma indústria que não se alavanca, que trabalha só com capital próprio, é tacanha, mas a empresa se endividar para investir ela morre.

— Não era o momento de se procurar mais parcerias, associações ou mesmo joint ventures para conseguir avanços tecnológicos?

— O problema é que se nós temos relutância em investir é muito mais difícil ainda atrair um parceiro estrangeiro. No nosso setor existem investimentos enormes sendo feitos na China, Tailândia, Malásia. Em algumas cidades da Malásia, por exemplo, há esgotamento de mão-de-obra, não há mais como receber investimento. Mas são programas que foram estabelecidos há 10, 15 anos e agora estão dando resultados. Esse bonde passou na nossa frente e o Brasil não subiu nele.

— Quais seriam as premissas básicas para um projeto de política industrial, na sua opinião?

— Acho que todos os instrumentos, inclusive e principalmente a abertura, teriam de ser usados para aprimorar nossa indústria e aumentá-la. A primeira coisa que se tem de fazer é saber qual o Brasil que queremos no ano 2000 ou 2001, qual o perfil da indústria, da economia. E isso passa pela definição de qual o perfil do emprego, porque o objetivo tem de ser o social. Quantas pessoas nós queremos empregar, queremos contratar mais engenheiros ou não? É preciso um planejamento estratégico, mas para isso temos de ter objetivos estratégicos. Quando você faz esse exercício verifica que dois setores têm de crescer junto ou mais que a economia, o industrial e de serviços. A agricultura também, mas são esses dois setores que empregam mais precisam de algum tipo de privilégio.

— No Brasil quando se fala em privilégios logo se pensa em incentivos fiscais ou subsídios.

— Não há mais condições de ter ou adicionar incentivos, todos sabem que o Estado está quebrado. Mas eu implico com uma pergunta que você fez, por que empresários são contra a modernização. É preciso verificar primeiro se a abertura como a que foi feita pelo Collor é modernidade. Os países que compraram esse discurso de Ronald Reagan e Margaret Thatcher não foram bem, começando pela própria Inglaterra e Estados Unidos. Já os países que resistiram, como esses da Ásia, com políticas muito bem estabelecidas inclusive passando pelo protecionismo, estão indo muito bem. Defendo políticas que não onerem o estado, não onerem o consumidor mas façam com que ele também possa ser empregado.